

Revista  
Latino-americana de

# *G*eografia e Gênero

Volume 13, número 1 (2022)  
ISSN: 2177-2886

Artigo

## Geografia e a Perspectiva Interseccional de Gênero e Raça: Corporeidade e Espaços que Produzem o Campo Científico

*Geografía y la Perspectiva Interseccional de Género y  
Raza: Corporeidad y Espacios que Producen el  
Campo Científico*

*Geography and the Intersectional Perspective of  
Gender and Race: Corporeity and Spaces that  
Produce the Scientific Field*

**Cíntia Cristina Lisboa da Silva**

Universidade Estadual de Ponta Grossa - Brasil  
cintia.slisboa@gmail.com

**Lorena Francisco de Souza**

Universidade Estadual de Goiás - Brasil  
lorena.souza@ueg.br

Como citar este artigo:

SILVA, Cíntia Cristina Lisboa da; SOUZA, Lorena Francisco de. Geografia e a Perspectiva Interseccional de Gênero e Raça: Corporeidade e Espaços que Produzem o Campo Científico. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 13, n. 1, p. 125-148, 2022. ISSN 2177-2886.

Disponível em:

<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlagg>

# Geografia e a Perspectiva Interseccional de Gênero e Raça: Corporeidade e Espaços que Produzem o Campo Científico

*Geografía y la Perspectiva Interseccional de Género y Raza: Corporeidad y Espacios que Producen el Campo Científico*

*Geography and the Intersectional Perspective of Gender and Race: Corporeity and Spaces that Produce the Scientific Field*

## Resumo

Este artigo explora a compreensão de gênero na produção científica sobre as racialidades na geografia brasileira. Para o alcance deste objetivo, foi feito um levantamento no Observatório da Geografia Brasileira que possui, atualmente, 25.437 artigos catalogados de 1939 a 2019. A busca se deu através das palavras-chave: raça, racialidade, negro, negritude, etnicidade, etnia, quilombo, quilombola, indígena, comunidade tradicional, originária, índio, étnico-racial, movimento negro e Lei 10.639, resultando em 452 artigos. Foram exploradas as características de gênero das autorias, bem como a procedência institucional e o fator de impacto de suas produções, visto através do índice H. Os resultados evidenciam que há uma predominância masculina nas autorias sobre racialidades, além de indicar a concentração da discussão no Centro-Oeste e Sudeste brasileiro.

Palavras-Chave: Produção Científica. Geografia Brasileira. Racialidades. Gênero.

## Resumen

Ese artículo explora la comprensión de género en la producción científica sobre las racialidades en la Geografía brasileña. Para alcanzar el objetivo, se levantaron las informaciones en el Observatorio de Geografía Brasileña, el cual posee actualmente 25.437 artículos catalogados desde 1939 hasta 2019. La búsqueda se dio a través de las palabras clave: raça, racialidade, negro, negritude, etnicidade, etnia, quilombo, quilombola, indígena, comunidade tradicional, originária, índio, étnico-racial, movimento negro y Lei 10.639 (raza, racialidad, negro, negritud, etnicidad, etnia, quilombo, quilombola, indígena, comunidad tradicional, originaria, indio, étnico-racial, movimiento negro y Ley 10.639), resultando un total de 452 artículos. Fueron exploradas también las características de género de las autorías, bien como la procedencia institucional y el factor de impacto de sus producciones, visto a través del índice H. Los resultados evidencian que hay una predominancia masculina en las autorías que abordan el tema de racialidades, e indican además una cierta concentración de su discusión en el centro oeste y sureste brasileño.

Palabras-Clave: Producción Científica. Geografía Brasileña. Racialidades. Género.

## Abstract

This paper explores the understanding of gender in the scientific production on racial identity in the Brazilian geography. To achieve this goal, a survey was carried out at the Brazilian Geography Observatory, which currently has 25,437 catalogued papers from 1939 to 2019. The keywords that guided the search were: raça, racialidade, negro, negritude, etnicidade, etnia, quilombo, quilombola, indígena, comunidade tradicional, originária, índio, étnico-racial, movimento negro and Lei 10.639 (race, racial identity, black people, blackness, ethnicity, ethnic origin, quilombo, quilombola, indigenous people, traditional community, origin,

Cíntia Cristina Lisboa da Silva, Lorena Francisco de Souza

126

indigenous person, ethnic-racial, black movement, and the Law 10,639). Four hundred and fifty-two papers were found. Gender characteristics in the authorship were explored, as well as the institutional origin and the impact factor of the publications using the H index. The results evidenced a male predominance in the authorship on racial identities, and also showed that the discussion has been mainly developed in the center-west and southeast of the country.

Keywords: Scientific Production. Brazilian Geography. Racial Identities. Gender.

### Introdução

Este artigo corresponde à parte de um trabalho triangulado que estamos desenvolvendo no Grupo de Estudos Territoriais – GETE/UEPG, no qual a questão central consiste no entendimento sobre o conjunto da produção científica *online* de artigos sobre racialidades, na geografia brasileira, no período de 1939 a 2019.

Indicar que uma pesquisa é triangulada significa dizer que ela (e, neste caso, a mesma base de dados e parte da literatura) é compartilhada entre pesquisadoras/es que constroem o seu objeto e objetivo de pesquisa ao atribuírem diferentes perguntas a um mesmo ponto de partida, ou seja, tratam-se de pesquisas específicas que também são complementares.

A partir de um projeto mais amplo que vem sendo desenvolvido no GETE, que busca a compreensão do campo das racialidades no conhecimento geográfico brasileiro, propomos, neste trabalho, analisar a dimensão do gênero de quem tem produzido tal discussão, assim como observar a origem de tal temática e sua aceitação na comunidade geográfica.

Para a realização da pesquisa, utilizamos o banco de dados do Observatório da Geografia Brasileira – OGB, criado e mantido pelo GETE/UEPG, que possui, atualmente, 25.437 artigos catalogados de 1939 a 2019, distribuídos em 98 periódicos *online* da geografia brasileira, computados entre os estratos A1, A2, B1, B2, B3, B4 e B5, conforme o quadriênio 2013 – 2016 do Qualis – CAPES.

Para tanto, fizemos um levantamento<sup>1</sup> neste amplo banco de dados através de palavras-chave como: raça, racialidade, negro, negritude, etnicidade, etnia, quilombo, quilombola, indígena, comunidade tradicional, originária, índio, étnico-racial, movimento negro e Lei 10.639<sup>2</sup>. Entre os 25.437 artigos *online*, encontramos um total de 452 trabalhos (1,8%) que destacavam alguma (ou mais de uma) das palavras pesquisadas.

Compreendemos a necessidade e importância de pesquisas que se preocupem com a dimensão racial na geografia justamente quando encontramos um valor que nos indica que essa discussão não chega a 2% de toda a produção científica nacional desta área. Sabemos que o espaço não é neutro, e pensar no espaço acadêmico, assim como em quem consegue adentrar e se manter nesse espaço de produção científica, é fundamental no entendimento de quem tem falado e o que se tem falado na geografia

1 O recorte temporal selecionado vai de 1939 a 2019, pois esse é o último ano, até a presente data, em que a temática de racialidades se encontra completa na base de dados, todavia, vale ressaltar que o mesmo encontra-se em constante atualização.

2 Este número se refere à lei, de 2003, que estabeleceu a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira nas escolas nos níveis fundamental e médio.

brasileira.

Como resultado das pessoas que produzem inteligibilidades científicas, reconhecendo a existência de intelectualidades fora das universidades, temos o que a autora Haraway (1995) chama de “saber situado e corporificado” (HARAWAY, 1995, p. 22), que reconhece a influência da sua posição social nas intencionalidades científicas e, conseqüentemente, em toda a sua produção.

Cabe também pensarmos sobre o que Christian (2002) chama de “disputa de teorias”, em que “a teoria se tornou uma mercadoria que ajuda a determinar se seremos admitidas ou promovidas dentro das instituições acadêmicas ou, pior, se seremos pelo menos ouvidas” (CHRISTIAN, 2002, p. 85) e, parafraseando Toni Morrison, como Christian (2002, p. 89) faz: se “somos vistos como um povo depreciado, não é de se admirar que nossas criações também sejam desacreditadas”. Christian, uma intelectual negra estadunidense, chama a atenção para as barreiras epistêmicas que homens e mulheres negros e negras se deparam no ambiente acadêmico e institucional.

Para a autora, os estudos relativistas e totalizantes negam as suas intencionalidades e corporificações em suas produções, indicando uma objetividade, neutralidade e racionalidade. Desta forma, temos a possibilidade de diálogo com a autora Shiva (1997 [1993]), que nos apresenta esse processo de produção científica hegemônica como sendo a resposta de um modelo que prega e naturaliza a sacralidade científica.

Conforme a intelectual indiana:

Esta corrente dominante da ciência moderna, o paradigma reducionista ou mecânico, é uma projecção específica do homem ocidental que teve a sua origem durante os séculos XV e XVI, como a muito aclamada Revolução Científica (SHIVA, 1997 [1993], p. 37).

Ao compreendermos a ciência como um produto das forças sociais percebemos mais facilmente as agendas de mobilizações que são priorizadas, assim como métodos, teorias e campos temáticos que são privilegiados e legitimados, conforme interesses específicos, que são oriundos a partir dos nossos saberes situados e corporificados.

Um exemplo no cerne da ciência é possível de ser verificado quando pensamos na ideia do nascimento da ciência, do pensamento crítico, do questionamento, do raciocínio lógico e da filosofia, apresentado majoritariamente no referencial ocidental como tendo origem na Grécia Antiga, conhecida como o berço da filosofia.

Todavia, pesquisadores como Lourenço e Haliski (2021) vêm nos chamando atenção para a necessidade de procurarmos novas fontes, novas construções de leituras, interpretações e vivências de mundo, a exemplo da filosofia africana, que tem como grande expoente a Filosofia Ubuntu.

A ciência hegemônica, também entendida como ciência moderna, possui uma prática muito específica que privilegia determinados corpos, temas, teorias, métodos, etc., e cria “o único sujeito cognoscente válido”, de acordo com Carneiro (2005, p. 98), em que essa forma de pensar, ser e agir são instituídas pelas colonialidades e pelo racismo que operam juntos para o “aparato global de destruição de corpos, mentes e espíritos” (CARNEIRO, 2005, p. 102).

Ao aproximarmos o diálogo da ciência e do espaço, que não são neutros, com a geografia, observamos que essas influências podem tornar-se dificuldades que são encontradas tanto em relações sociais, quanto materializadas no consumo e produção do espaço, que, por sua vez, resultam em estatísticas sexistas inaceitáveis para um meio que tem um discurso de iguais oportunidades, de concepção e internalização de pensamentos críticos, de um lugar – ou uma instituição – que é capaz de gerar novos modelos sociais e espaciais: “a academia produtora de conhecimentos amplamente difundidos com cegueira de gênero, e nesse caso em particular da ciência geográfica” (MONK; HANSON, 2016, p. 48).

Desta forma, para alcançarmos o objetivo de assinalarmos aspectos do gênero e dos lugares de quem tem produzido a discussão sobre racialidades na geografia brasileira, dividimos o artigo em duas seções. Na primeira seção, exploramos a composição do campo das racialidades na produção científica de artigos *online* da geografia brasileira, evidenciando seu volume, dinâmica de crescimento e sua aceitação por classificação Qualis-CAPES, no quadriênio 2013 – 2016.

Já na segunda seção, procuramos apresentar, através de gráficos e cartogramas, a dimensão do gênero, da origem institucional e da legitimação na produção sobre racialidades de quem tem produzido sobre a temática, visto através do índice H. Nesse sentido, evidenciaremos reflexões iniciais sobre este levantamento.

### **A Emergência da Abordagem Racial na Geografia Brasileira**

As pesquisas que se preocupam com a dimensão racial do espaço têm crescido, sobretudo desde a virada do século. Contudo, gostaríamos de ressaltar que um marco na emergência da abordagem racial na geografia brasileira nos remete ao "Manifesto por uma Geo-grafia Negra", apresentado em 2019, em São Paulo.

O manifesto foi direcionado à Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia (ANPEGE), à Associação das/os Geógrafas/os Brasileiras/os (AGB), e ao conjunto das/os estudantes e profissionais de Geografia, para apresentar as demandas e proposições por uma geografia negra, aglutinando produções já desenvolvidas nos anos 1990 e 2000 na ciência geográfica, que não tiveram visibilidade no campo epistemológico, sendo pulverizados nos estudos regionais e/ou culturais.

Podemos atribuir duplo sentido ao termo “emergência”, em relação às abordagens raciais na geografia brasileira, sendo em um primeiro momento ligada a palavra “emergir” que pode nos indicar o surgimento dessas abordagens no conhecimento geográfico, ao mesmo tempo em que pode nos remeter ao alerta necessário para a urgência de tal debate da geografia.

No entanto, é importante frisar que, como afirma Cirqueira (2015), a racialidade já estava no debate geográfico desde sua concepção enquanto ciência no Brasil e no mundo, embora tenha sido enterrado ou invisibilizado, ao inferir determinismos racialistas e visões de mundo calcadas em pré-julgamentos sobre povos e sociedades. Assim, “a questão da racialidade foi abordada na mesma linha dos discursos hegemônicos do período, com classificações e hierarquização dos grupos e/ou dos lugares” (CIRQUEIRA, 2015, p. 45).

Carneiro (2005) considera que:

(...) a racialidade é [...] compreendida como uma noção relacional que corresponde a uma dimensão social, que emerge da interação de grupos racialmente demarcados sob os quais pesam concepções histórica e culturalmente construídas acerca da diversidade humana. Disso decorrem que ser branco e ser negro são considerados polaridades que encerram, respectivamente, valores culturais, privilégios e prejuízos decorrentes do pertencimento a cada um dos polos das racialidades (CARNEIRO, 2005, p. 34).

Portanto, o debate sobre a racialidade no Brasil pressupõe, *a priori*, as relações raciais entre negros/as e brancos/as, podendo abarcar um sistema de opressão interligado, como mencionam Collins (2019) e Akotirene (2019). À guisa de uma preocupação da comunidade negra geográfica com a definição de uma geografia negra ou estudos geográficos sensíveis às relações raciais, foi elaborado um manifesto, lido no XXX Encontro Nacional de Pós Graduação em Geografia, em 2019, assinado por discentes e docentes de 20 instituições de Ensino Superior das cinco regiões do país, afirmando o que se entende por racialidade, etnicidade e africanidade. O manifesto promoveu um destaque para acrescentar que estas constituem o espaço em sua ontologia e na conformação com outras relações, como as de gênero e sexualidades, onde:

(...) não há um projeto único de geo-grafias negras. Trazemos algumas questões: ter condições e recursos de estudo e pesquisa das temáticas étnica, racial e africana, seja em equipes diversas - étnica e racialmente - ou em grupos negros; ter nos cursos de ensino básico, técnico e tecnológico, de graduação e pós-graduação a possibilidade de estudar estas temáticas na perspectiva da autoria negra de Geografia e áreas afins; reconhecer o estatuto epistemológico de um conjunto de saberes e conhecimentos negros, inclusive aqueles produzidos por mestres/as do saber e pela militância; ter como perspectiva, no horizonte das políticas de ações afirmativas, a implantação de cotas étnico-raciais e o aumento do número de geógrafos/as negros/as como docentes do ensino superior (Manifesto proferido no ENANPEGE em 2019).

Pensar que um manifesto por uma geografia negra, ou seja, aquela que se preocupa com a dimensão racial do espaço (GUIMARÃES, 2015) ainda se faz necessário no ano de 2019, lembra-nos que determinadas ausências e silenciamentos ocorrem na produção do conhecimento justamente pela reprodução das hierarquias e relações de poder que se dão nos espaços, incluindo o espaço acadêmico. De certo modo, podemos inferir que há um discurso e uma prática social pautada na problemática do “sujeito universal” supostamente neutro que, na realidade, traduz a majoritária visão moderno-colonial de uma ciência branca e masculina.

As hierarquias e relações de poder, em um jogo de retroalimentação, criam um olhar específico para a/o outra/o e a sua forma de ser e estar no mundo, o que conseqüentemente influencia nas suas distintas intelectualidades, e o que entendemos como construtivo deste processo está de acordo com a visão do autor Lander (2005), ao pontuar que:

Os diferentes recursos históricos (evangelização, civilização, o fardo do homem branco, modernização, desenvolvimento, globalização) têm todos como sustento a concepção de que há um padrão civilizatório que é simultaneamente superior e normal. Afirmando o caráter universal dos conhecimentos científicos eurocêntricos abordou-se o estudo de todas as demais culturas e povos a partir da experiência moderna ocidental, contribuindo desta maneira para ocultar, negar, subordinar ou extirpar toda experiência ou expressão cultural que não corresponda a esse dever ser que fundamenta as ciências sociais. As sociedades ocidentais modernas constituem a imagem de futuro para o resto do mundo, o modo de vida ao qual se chegaria naturalmente não fosse por sua composição racial inadequada, sua cultura arcaica ou tradicional, seus preconceitos mágico-religiosos ou, mais recentemente, pelo populismo e por Estados excessivamente intervencionistas, que não respondem à liberdade espontânea do mercado (LANDER, 2005, p. 14).

A ciência moderna, na qual a geografia se desenvolveu, apresenta a sua narrativa específica, ainda que se apresente como objetiva, neutra e universal, quando na realidade é o contrário, ela também é corporificada, sexualizada, localizada espacialmente e com suas próprias defesas de ideais. Para que possamos buscar alternativas, ainda conforme Lander (2005, p. 7), devemos fazer um esforço para a “desconstrução do caráter universal e natural da sociedade capitalista-liberal” que, sabemos, também é racista, misógina, patriarcal, transfóbica, androcêntrica, heterocisnormativa, capacitista, etc.

No texto intitulado "Sobre as Desobediências Epistemológicas e o Testamento Intelectual de Milton Santos", a autora Silva e os autores Ornat e Chimin Junior (2016, p. 13) falam sobre o esforço para se produzir “uma geografia brasileira capaz de trazer sujeitos generificados, sexualizados e racializados para o centro do debate científico”.

Esse esforço se dá sobre uma intencionalidade em trabalhar com questões que perpassem o gênero, as sexualidades e racialidades, por exemplo, tendo em vista o quão cômodo seria trabalhar com temáticas que são legitimadas e reconhecidas como sendo geográficas. Não estamos querendo selecionar o que é mais ou menos geográfico, estamos propondo o entendimento de quão múltipla pode ser nossa imaginação geográfica e nossa capacidade de análise interseccionada na dimensão espacial.

É seguindo o legado do "Testamento Intelectual", de Milton Santos, que observamos que só desobedecendo aos cânones da geografia poderemos romper com uma herança epistemológica (re)produtora de ausências e silenciamentos do discurso geográfico. Silva (2009) nos indica que, inicialmente, as críticas à ciência moderna se deram sobre seus privilégios de gênero e raça, tendo em vista que uma ciência portadora de uma visão masculina, branca, europeia, cristã, etc., apresenta-se enquanto neutra, objetiva e universal.

Tanto as críticas feministas quanto as críticas antirracistas não são novas na geografia, sendo a primeira datada desde a década de 1970 (SILVA, 2009), enquanto as críticas antirracistas podem ser encontradas na geografia desde 1980 (GUIMARÃES, 2020), ambas tendo se aprofundando no decorrer da

virada para o século XXI.

Percebemos então que, nas últimas décadas do século XX, algumas demandas começam a tensionar as relações de poder que estavam postas como hegemônicas nas produções científicas. É neste momento que algumas alternativas para o imaginário geográfico são formuladas através de concepções do conhecimento posicionadas e situadas.

Ao observarmos como as relações de poder pautadas em hierarquias sociais, como as de gênero, raça, sexualidade, etc., também se fundem ao espaço acadêmico, notamos o quanto determinadas temáticas, pessoas, e visões são secundarizadas do campo que aprendemos e temos acesso enquanto geografia.

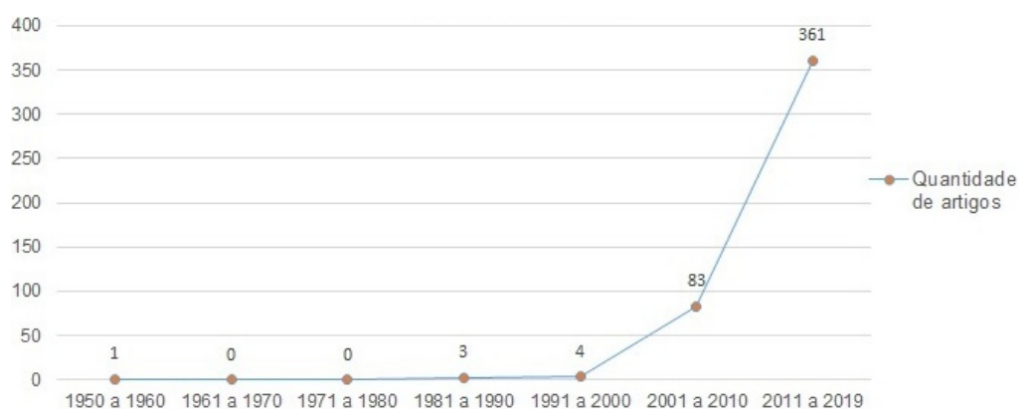
Sendo assim, observar o que tem sido falado sobre racialidades e por quem tem sido falado é fundamental para compreendermos qual abordagem racial tem sido publicizada nas revistas de geografia no Brasil.

Foi com esse intuito que a busca no acervo do Observatório da Geografia Brasileira, fundado e mantido pelo Grupo de Estudos Territoriais – GETE/UEPG, que contém um banco de dados referente a 98 periódicos *online* nacionais da área de geografia entre os anos de 1939 a 2019 (e ainda em constante atualização) se fez necessária para entendermos como a discussão de racialidades é apresentada nesses artigos *online*.

Atualmente, o Observatório da Geografia Brasileira contém 25.437 artigos *online* distribuídos pelos estratos A1, A2, B1, B2, B3, B4 e B5, conforme o quadriênio 2013 – 2016 do Qualis Capes. Neste conjunto total de artigos, foi feita uma busca com termos ligados às questões das racialidades, como raça, racialidade, negro, negritude, etnicidade, etnia, quilombo, quilombola, indígena, comunidade tradicional, originária, índio, étnico-racial, movimento negro e Lei 10.639, que resultou em 452<sup>3</sup> artigos, representando aproximadamente 1,8% de toda a produção de artigos nacionais da geografia *online*.

Como podemos observar no Gráfico 1, essa discussão vem se ampliando a partir dos anos 2000, o que nos permite inferir algumas hipóteses sobre esse aumento.

Gráfico 1 – Crescimento dos Artigos *online* de Racialidades na Geografia Brasileira entre 1950 a 2019 Dividido por Décadas



Fonte: Observatório da Geografia Brasileira entre 1939 a 2019. Organizado pelo GETE, 2021.

3 Para efeito na contabilização dos dados encontramos 452 artigos, entretanto, ao buscarmos por esses trabalhos em seus respectivos periódicos encontramos um artigo que foi removido da Revista Entre - Lugares. Porém como ele ainda está passível de busca pelo título e possui DOI nós o mantivemos, apenas fomos impossibilitadas de fazer a análise qualitativa deste trabalho.



O período de crescimento dos artigos *online* sobre racialidades na geografia coincide com o mesmo período em que houve o aumento na produção de teses e dissertações na geografia referentes à mesma temática, conforme apresentam Cirqueira e Corrêa (2014), ao indicarem como o debate étnico-racial se amplia na geografia brasileira desde 1994, e de forma exponencial a partir dos anos 2000.

Apesar de serem produções científicas diferentes (artigos x teses e dissertações), entendemos que tais produções são formas complementares de divulgação científica, sendo que os artigos possuem uma abrangência maior no que diz respeito a sua divulgação, por estarem vinculados a periódicos com diferentes fatores de impacto na comunidade geográfica.

Vale ressaltar que esse aumento no debate sobre racialidades que estamos trazendo aqui diz respeito a uma perspectiva crítica e antirracista, pois a discussão racial já era abordada na geografia por meio de um conteúdo racista e colonial, desde a sua institucionalização (CIRQUEIRA; CORRÊA, 2014, CIRQUEIRA, 2015 e GUIMARÃES, 2015).

Sabemos que esse crescimento não se deu de forma espontânea na geografia, na realidade, esse debate é resultado da demanda que os movimentos sociais, em especial os movimentos negros, apresentam às instituições de pesquisa. Por mais que o crescimento tenha um forte marcador pós anos 2000, é necessário pensarmos sobre as bases que impulsionaram tal feito, ainda no século XX.

Segundo Ratts (2011, p. 29), a década de 1970 é a época de formação do que o autor denomina enquanto “movimento negro de base acadêmica”. A característica desse movimento se dá pela “ação organizada de docentes e discentes, por vezes de técnicos administrativos, que se afirmam negros/as no espaço acadêmico”, constituindo assim os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e os Coletivos de Estudantes Negros (NEABs).

É com a entrada e permanência desses corpos negros (de docentes e discentes) no espaço acadêmico que um projeto político acadêmico mais radical na sua perspectiva racial é pautado. Destacamos que o movimento negro acadêmico não é homogêneo, apresenta-se enquanto parte dos “movimentos negros” que contêm uma pluralidade interna que direciona as ações e estratégias. Como reflexo também da atuação de intelectuais ativistas negras/os, algumas dessas proposições saem exclusivamente do meio acadêmico e reverberam na sociedade como um todo.

Alguns exemplos são identificados no tensionamento dos movimentos negros para o reconhecimento público e oficial por parte do Estado brasileiro, em 1995 (governo de Fernando Henrique Cardoso), sobre a existência do racismo na sociedade brasileira, assim como a cobrança da participação e posicionamento crítico do Brasil na "III Conferência das Nações Unidas contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata", ocorrida na cidade de Durban, na África do Sul, entre os dias 31 de agosto e 8 de setembro de 2001. A assinatura do Brasil na Conferência de Durban o torna signatário e representa um compromisso do Estado diante do combate ao racismo e das discriminações étnico-raciais.

A participação do país neste evento é um marco, pois, é neste momento (virada do século) que há um levante nos debates sobre multiculturalismo,

racismo, antirracismo, desigualdades raciais, ações afirmativas (como cotas em diversos níveis de ensino e em concursos públicos, estímulo à contratação de indivíduos de grupos sociais discriminados, a Lei 10.639/2003 e, posteriormente, a Lei 11.645/2008, etc.), combate à discriminação e tolerância, entre outros, vistos por meio do desenvolvimento de políticas públicas que reverberam na sociedade e na ciência, que passou a desenvolver pesquisas na área como um retorno social desta demanda, relacionando-a à educação, economia, saúde, cultura, etc., conforme Trapp (2014).

De acordo com a literatura sobre a temática, é pós anos 2000 que as vozes muitas vezes silenciadas e ausentes dos discursos científicos começam a aparecer em produções acadêmicas. Na geografia, esse padrão se mantém, entretanto, isso não significa dizer que não há tensões e desconfortos presentes. Os conflitos se intensificam diante das relações de poder postas nos espaços acadêmicos, de produções e publicações do conhecimento.

A disputa por uma narrativa geográfica é acionada, o que nos leva a busca pela compreensão de quais espaços de divulgação científica estão sendo acolhedores para esse debate. E isso se dá desde as instituições e pesquisadoras/es que oportunizam tais discussões, assim como os periódicos que publicam essas pesquisas.

Souza e Ratts (2017) chamam a atenção para a corporeidade ao indicarem como a mesma influencia em práticas espaciais distintas. Tal pensamento nos faz atentar a uma leitura do espaço de acordo com as especificidades de quem é presente ou ausente, de quem consome ou não consome esse espaço, seja por sua raça, etnia, gênero, faixa etária, porte físico, e demais leituras que se dão pelo corpo ali presente.

Podemos fazer uma leitura dos periódicos da geografia brasileira como um espaço de anúncio do discurso geográfico, desse modo, também podemos pensar a corporeidade de quem está presente e ausente nesse espaço de enunciação, seja enquanto produtoras/es de conhecimento, ou enquanto sujeitas/os de análise.

A naturalização de determinadas ausências e silenciamentos no discurso científico criam posições subalternas de grupos específicos, a exemplo da população negra, de mulheres, de pessoas que não se enquadram nos padrões estabelecidos pela heterocisnormatividade, de idosas/os e crianças, pessoas com deficiência (PCD), etc.

Fazer uma pesquisa que perpasse pela corporeidade atrelada às discussões raciais (sobretudo da população negra), enquanto produtoras/es e/ou sujeitas/os de uma análise científica nos faz enfrentar o epistemicídio e a negrofobia que recai sobre tais pesquisas, tendo em vista o quanto as mesmas são vistas enquanto deslocadas, pouco importantes ou vitimizadoras, quase como “meio fora de mão” na geografia (SOUZA; RATTS, 2017).

A academia ainda é porta-voz de um conhecimento branco, eurocentrado, heterossexual e cristão, conforme as autoras Passos e Nogueira (2016). No entanto, tanto o ato de produzir (autoras/es), quanto o ato de publicar tais pesquisas (revistas de geografia) corresponde ao reconhecimento da emergência do debate sobre as racialidades na geografia, o que, por sua vez, representa uma fissura nas normas do discurso e imaginário que predominam na geografia brasileira, tendo em vista que não são todos os periódicos e pesquisadoras/es que

se encontram abertos a tais diálogos e à publicação de tais temáticas.

Pensar sobre os espaços discursivos, sobretudo em relação aos diferentes campos científicos é muito importante, pois são os espaços de divulgação científica que permitem que um conjunto de ideias, experiências, metodologias, conceitos, entre outros, cheguem a uma determinada comunidade científica, além de representar um registro oficial e público de determinada teoria ou descoberta.

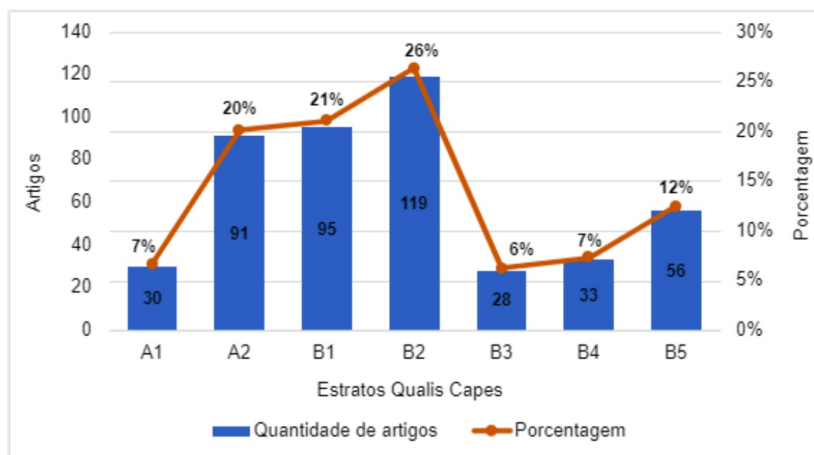
Frigeri e Monteiro (2014), ao refletirem sobre a política científica que há na avaliação do Qualis em relação aos periódicos, apresentam que tal indicador é central para observarmos a receptividade de determinados temas, além de indicar qual é a visão do conceito de qualidade que será reconhecido e legitimado pelas equipes editoriais, agências de fomento e a própria comunidade científica.

As avaliações das diferentes publicações científicas são necessárias para assegurar a relevância, confiabilidade e qualidade do que está sendo veiculado. Entretanto, algumas críticas a essas avaliações já têm sido pontuadas, a exemplo do questionamento que autoras/es fazem, em relação às condições de trabalho distintas que pesquisadoras/es estão submetidos, no que se refere, por exemplo, ao recorte de gênero e regionalidade, além das condições que os periódicos têm para atender aos critérios exigidos para o tão almejado “selo de qualidade”.

Outra crítica diz respeito à disputa de interesses que há no campo científico para legitimar determinadas correntes de pensamento, em detrimento da ausência e do silenciamento de uma pluralidade de experiências e teorias, tendo em vista que todo processo avaliativo corresponde ao estabelecimento de determinados critérios, que podem causar desavenças e hierarquizar os assuntos (FRIGERI, MONTEIRO, 2014).

Pensando em como essa dinâmica ocorre na geografia brasileira em relação às racialidades, observamos, através dos dados do Observatório da Geografia Brasileira (1939 a 2019), no Gráfico 2, em quais estratos esse debate tem sido acolhido, levando em conta o discurso predominante de quão “deslocado” da ciência geográfica a dimensão racial é, o que de certa forma pode impactar no “selo de qualidade” tão pretendido.

Gráfico 2 – Divisão dos Artigos *Online* de Racialidades na Geografia Brasileira por Estrato do Qualis – Capes (2013-2016)



Fonte: Observatório da Geografia Brasileira entre 1939 a 2019. Organizado pelo GETE, 2021.

Cíntia Cristina Lisboa da Silva, Lorena Francisco de Souza

Ainda conforme Frigeri e Monteiro (2014), os critérios para se escolher uma revista onde publicar, assim como os critérios para se escolher quais periódicos ler, estão muitas vezes atrelados ao poder de atração que os periódicos possuem de acordo com sua classificação na hierarquia do Qualis, onde as revistas A1 e A2 indicam um filtro de alta qualidade e circulação internacional. Já as revistas do estrato B, sendo elas B1, B2, B3, B4, e B5, indicam uma circulação na escala nacional e local e são avaliadas como tendo uma qualidade inferior se comparada aos artigos do estrato A.

Todavia, podemos pensar nos critérios para indicar o que é considerado alta ou baixa qualidade, sendo, por vezes, resultado de critérios métricos e qualitativos, a exemplo da avaliação por pares, o que por sua vez também indica que há uma valoração subjetiva dessa qualidade, de acordo com as crenças e ideologias de quem está avaliando.

Como observamos no Gráfico 2, a maior parte da produção (48%) está publicizada nos estratos B1 e B2, seguida dos estratos A1 e A2 (27%), e dos estratos B3, B4 e B5 (25%). Com isso, notamos que a discussão sobre racialidades na geografia está majoritariamente sendo divulgada por periódicos com uma qualidade média-alta.

É interessante atentarmos aos três últimos estratos para indicar que toda a sua produção não ultrapassa as quatro classificações anteriores, se somadas (A1 – A2; B1 e B2). Contudo, destacamos o estrato B5, considerado o de mais baixa qualidade, entre os três últimos estratos, como sendo uma classificação com uma alta quantidade de artigos publicados (56 artigos), sendo quase o dobro da classificação considerada como mais qualificada (A1 – 30 artigos).

Tendo em mente a complexidade das hierarquias que se reproduzem no espaço acadêmico, também objetivamos discutir a dimensão do gênero e da origem espacial dessa discussão, pois o conhecimento científico não é oriundo apenas de uma visão branca, a construção da ciência, seus conceitos e métodos também se fundam sob a hegemonia masculina que há no fazer científico geográfico do Brasil (SILVA; CESAR; PINTO, 2020).

Importante salientarmos também que a produção racializada no escopo geográfico demanda uma leitura da corporeidade do/a pesquisador/a, de seu pertencimento étnico-racial, de gênero e do lugar social que ocupa, uma vez que muitos estudos étnico-raciais sobre comunidades indígenas, quilombolas, dentre outros, aparecem na ordem do dia das produções científicas na geografia sem nenhuma menção à racialidade desses grupos, e a relação neutralizadora com o/a pesquisador/a evidencia um silenciamento ou apagamento desta auto-percepção corpórea-identitária.

Propomos humanizar as pessoas que produzem tal debate na geografia, além de compreender seus espaços de fala, identificados através das instituições vistas como centrais ou periféricas. Precisamos fazer uma reparação histórica sobre a invisibilidade feminina do discurso científico e, neste caso em especial, do discurso geográfico, de modo que o entendimento sobre o gênero, a procedência e a legitimação sobre quem produz a discussão de racialidades na geografia será apresentada na próxima seção.

### Gênero e Produção Científica das Racialidades na Geografia

No clássico texto "Não Exclua Metade da Humanidade da Geografia Humana", de Monk e Hanson, publicado originalmente nos Estados Unidos, em 1982, e traduzido para o português em 2016, as autoras apresentam alguns danos que se causam ao conhecimento geográfico pelo viés sexista dos conteúdos, métodos e objetivos de uma grande parte dos trabalhos no campo da geografia humana.

Para as autoras, a influência do feminismo nas pesquisas acadêmicas diz respeito ao fato das vidas das mulheres serem qualitativamente diferente das vidas dos homens, todavia, as mesmas indicam que há uma escassez de atenção a essa temática na geografia humana. Porém, consideramos, neste trabalho, o quanto ser mulher gera uma experiência qualitativamente diferente no consumo e organização do espaço, a exemplo do espaço de divulgação do conhecimento.

Por isso, destaca-se a importância de refletir sobre gênero atrelado às feminilidades, para compreender como o fato de ser mulher gera um impacto sobre a sua legitimação e seu reconhecimento enquanto intelectual, tendo em vista a invisibilidade feminina na pesquisa geográfica (SILVA; CESAR; PINTO; 2020).

Algumas inquietações são propostas por Monk e Hanson (2016 [1982]), ao pontuarem como o conhecimento é uma construção social, apresentando um reflexo de pensamentos e ideologias de quem produz determinada pesquisa. Alinhada à manutenção do *status quo*<sup>4</sup>, a geografia pouco tem dado atenção a temas que correspondam às pessoas, às/os sujeitas/os ou a uma sociedade constituída de pessoas, a exemplo da discussão sobre o corpo, racialidades, gênero, sexualidades, gerações, etc.

Ao entendermos como as relações sociais se dão de forma complexa, não consideramos trabalhar apenas o gênero dentro da discussão sobre racialidades, assim como também não queremos ausentar o debate de gênero nesse tema. Logo, caminhamos na fronteira entre uma produção científica que não reproduza as cegueiras de gênero, conforme Monk e Hanson (2016 [1982]), e nem uma cegueira racial, adicionada por nós.

De acordo com o levantamento bibliográfico realizado até então, disponível gratuitamente e *online* em diversas plataformas de pesquisas, portais de periódicos e de instituições, etc., seja sobre o referencial teórico para o desenvolvimento desta pesquisa, seja sobre os artigos entendidos aqui enquanto dados de análise, já existem alguns trabalhos preocupados com a questão epistemológica da discussão sobre racialidades na geografia, entretanto, não encontramos nenhum trabalho que se atentasse à dimensão crítica de gênero da produção epistemológica sobre racialidades, para além de indicar que X autoras eram mulheres e Y autores eram homens.

O mesmo vale para parte dos estudos das geografias feministas no Brasil, já

---

4 Definimos o status quo como a forma abreviada da expressão latina "statu quo res erant ante bellum", que significa "no estado em que as coisas estavam antes da guerra". Faz alusão ao que permanece ou se mantém: as elites permanecem inoperantes, apegadas ao seu status quo. Fonte: Dicionário Online de Português. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/status-quo/>>. Acesso em: 25 abr. 2021.

que pouco encontramos sobre uma discussão profunda de racialidades nestes trabalhos. Tal observação vai ao encontro com a literatura que aponta o quanto a geografia tem dificuldade de inserir temáticas, em especial de forma interseccional, que problematizem as corporeidades das/os sujeitas/os envolvidas/os em dada pesquisa, referente as suas autorias ou sujeitas/os de análise.

Todavia, é válido destacar que os trabalhos realizados pelas autoras<sup>5</sup> Antônia dos Santos Garcia (dissertação defendida em 2001), Lorena Francisco de Souza (dissertação defendida em 2007), Renata Batista Lopes (dissertação defendida em 2008) e Marise Vicente de Paula (tese defendida em 2010), que defenderam em seus trabalhos uma análise de gênero e raça associadas à geografia. Há ainda o pesquisador e professor Alex Ratts, que também discute gênero e raça, sobretudo, gênero atrelado às masculinidades.

Em um trabalho fundamental para a história do pensamento geográfico brasileiro situado e corporificado, Silva, Ornat, Cesar e Chimin Junior (2018), ao tensionarem os limites tradicionais da análise geográfica, apontam a necessidade da produção de visibilidades sociais na geografia, que são marcadas especificamente pela corporalidade, contudo, não mais de forma essencialista e universal, saindo de um padrão para outro.

Souza *et al.* (2020), ao indicarem como a geografia tem sofrido significativas transformações nos primeiros 20 anos deste século, a exemplo das pesquisas feministas e das sexualidades, apresenta que pesquisas muito gerais passam por um questionamento sobre a sua suposta universalização ou abrangência, identificadas em pesquisas que correspondam aos estudos “das mulheres”, ou que fale sobre “a mulher”.

Para a autora, esse questionamento surge por uma demanda da inclusão de outras experiências e trajetórias vivenciadas por diferentes grupos de mulheres, como a mulher não branca, que terá uma experiência espacial qualitativa diferente da mulher branca, assim como as mulheres trans têm experiências espaciais qualitativamente diferentes das mulheres cis, a mulher do campo tem, por sua vez, uma experiência diferente da mulher urbana, do mesmo modo que uma mulher idosa, em comparação a uma jovem, apresenta experiências distintas, e assim por diante.

Ainda consoante Souza *et al.* (2020, p. 47), neste momento, são incluídos aos estudos sobre gênero outras dimensões identitárias que se envolvem “na construção dos corpos e de suas espacialidades”, sendo o espaço fundamental para compreendermos como as identidades ali se constroem.

Nesta pesquisa, trabalhamos como inseparáveis à análise de gênero e raça, por entender que não é apenas um desses marcadores sociais que se sobressaem no espaço acadêmico. O fato de ser mulher vai influenciar na sua aceitação e legitimação enquanto construtora do pensamento geográfico (SILVA; CESAR; PINTO, 2020), da mesma forma que a raça também irá influenciar no reconhecimento de mulheres e homens não-brancas/os enquanto intelectuais, e ao pensarmos em mulheres não brancas, o acúmulo de hierarquias e

---

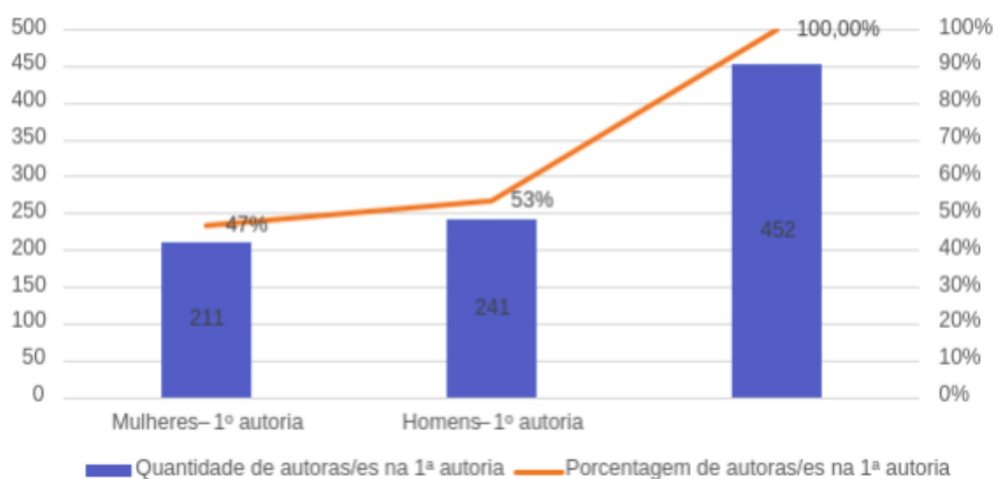
5 Notadamente há mais autoras na geografia que tem se debruçado nas análises de gênero e raça, contudo, estamos nos referindo neste momento a trabalhos pioneiros na área, que foram defendidos até 2010.

desigualdades sociais as colocam em um lugar ainda mais subjugado.

Para trazermos a essa discussão dados reais, com os 452 artigos *online* sobre racialidades provenientes do Observatório da Geografia Brasileira (1939 a 2019), separados por autoria, gênero e procedência, de acordo com as regiões do país (norte, nordeste, sudeste, sul e centro-oeste), obtivemos o resultado apresentado na Figura 1.

O que podemos notar é que entre as autorias<sup>6</sup>, nacionais e internacionais, há um predomínio de uma produção masculina, sendo 220 autores e 195 autoras nacionais, e 23 autores e 14 autoras internacionais, de acordo com o Gráfico 3. Em relação à procedência dessa discussão, as regiões que mais originaram os artigos (pensando que não necessariamente se publica na mesma região em que a pessoa trabalha) foram, em ordem decrescente: sudeste (159 artigos), sul (83 artigos), centro-oeste (75 artigos), norte (50 artigos) e nordeste (48 artigos).

Gráfico 3 – Divisão por Gênero da Primeira Autoria dos Artigos *Online* sobre Racialidades na Geografia Brasileira entre 1939 a 2019



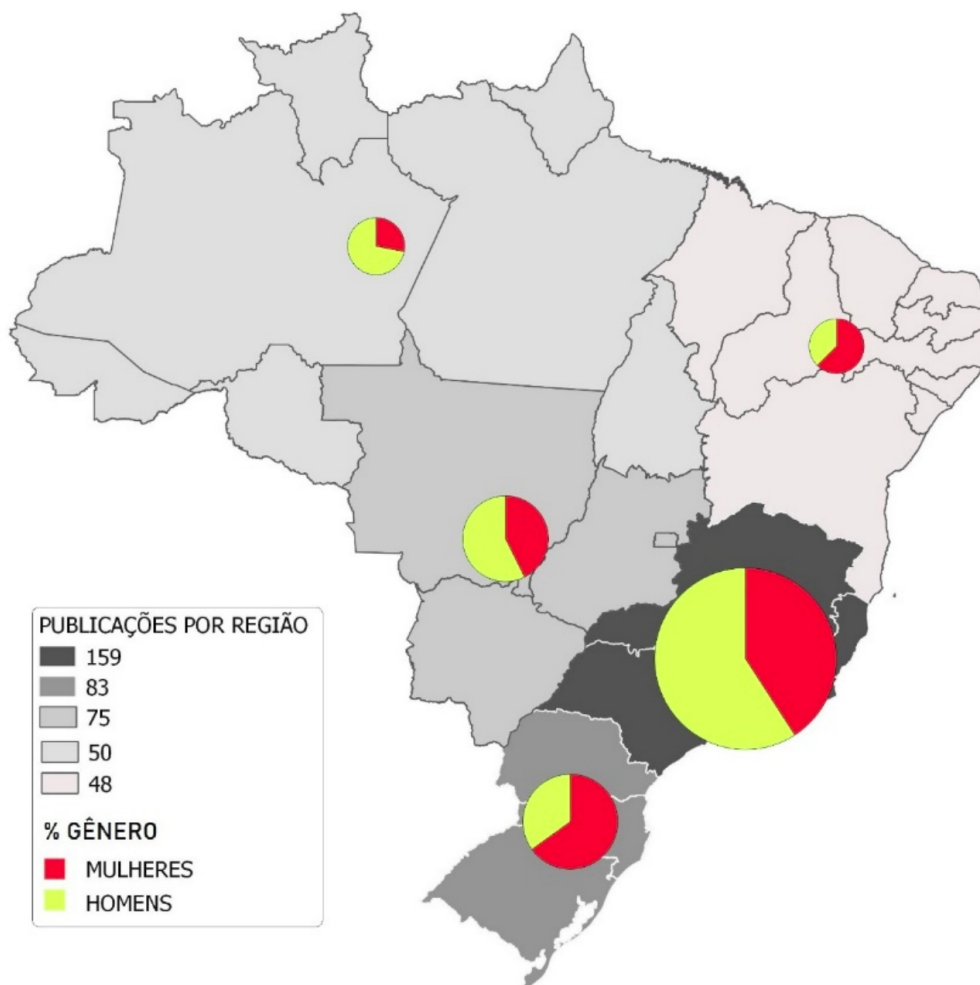
Fonte: OGB. Organizado pelo GETE, 2021.

Dividindo as autorias de cada região por gênero, identificamos que apenas nas regiões sul e nordeste o número de autoras em primeira autoria era maior, sendo respectivamente: 54 mulheres e 29 homens, e 30 mulheres e 18 homens, conforme Figura 1.

Uma outra observação se dá quando cruzamos os dados com um trabalho já mencionado aqui, de Silva, Ornat, Cesar e Chimin Junior, publicado em 2018, ao analisarem os dados coletados ao longo dos 10 primeiros anos do Observatório da Geografia Brasileira, em relação aos elementos de gênero, sexualidades, raça e etnia. Naquele período, o OGB contava com aproximadamente 7 mil artigos online coletados em 35 periódicos nacionais da geografia, lembrando que, hoje, o mesmo Observatório conta com 25.437 artigos distribuídos em 98 periódicos *online* nacionais da geografia.

6 Neste momento estamos considerando as autorias em relação ao/a primeiro/a autor/a, mesmo muitos dos trabalhos apresentando autoria composta, por compreender que geralmente a primeira autoria de um trabalho científico é quem desenvolve de forma central a proposta.

Figura 1 – Cartograma da Origem das Autorias dos Artigos *online* sobre Racialidades na Geografia divididos por Gênero da Primeira Autoria



Fonte: OGB entre 1939 a 2019. Organizado pelo GETE, 2021.

O que os autores apresentam como resultados até o ano de 2012 corresponde a 20 artigos publicados e 50 defesas em Programas de Pós-Graduação, entre dissertações e teses. Em relação aos artigos *online*, foco deste trabalho, podemos notar um crescimento significativo nos últimos anos, tanto no que diz respeito ao quantitativo de trabalhos, mas também em relação a sua publicação em mais periódicos e com uma maior amplitude de temas possíveis de serem trabalhados na geografia.

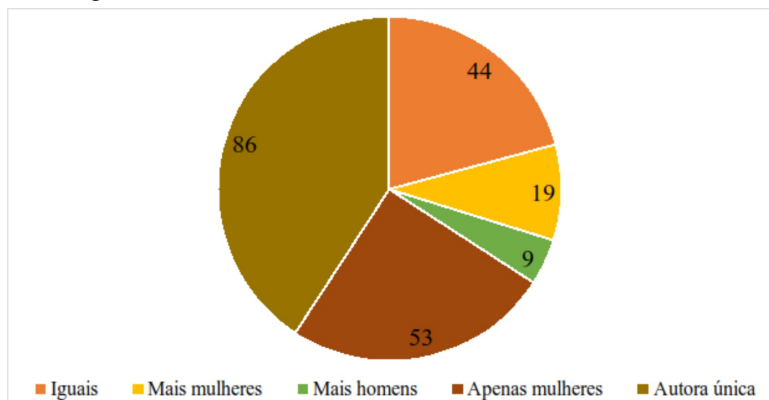
Analisando o comportamento da autoria conjunta, também encontramos uma pequena predominância masculina, entre todas as autorias (1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª e 6ª em alguns casos) há um total de 640 autoras/es, sendo 330 homens e 310 mulheres.

Observamos como era a composição de trabalhos com mais de um/a autor/a e obtivemos um mesmo padrão de comportamento, identificados através dos Gráficos 4 e 5:



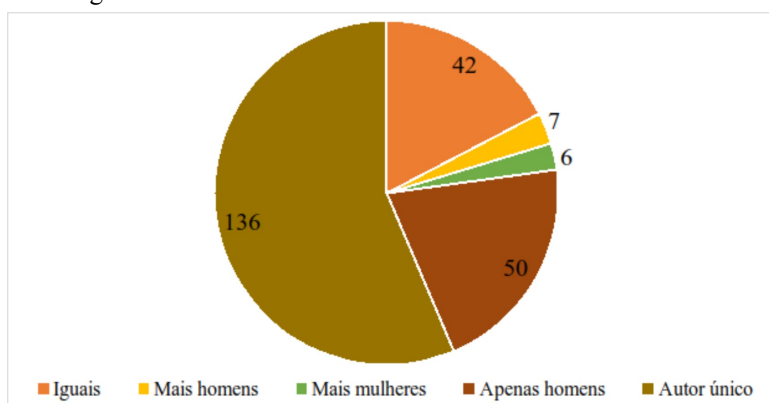
## Geografia e a Perspectiva Interseccional de Gênero e Raça: Corporeidade e Espaços que Produzem o Campo Científico

Gráfico 4 – Comportamento da Autoria de Mulheres como Primeiras Autoras nos Trabalhos de Racialidades na Geografia entre 1939 a 2019



Fonte: Observatório da Geografia Brasileira entre 1939 a 2019. Organizado pelo GETE, 2021.

Gráfico 5 – Comportamento da Autoria de Homens como Primeiros Autores nos Trabalhos de Racialidades na Geografia entre 1939 a 2019



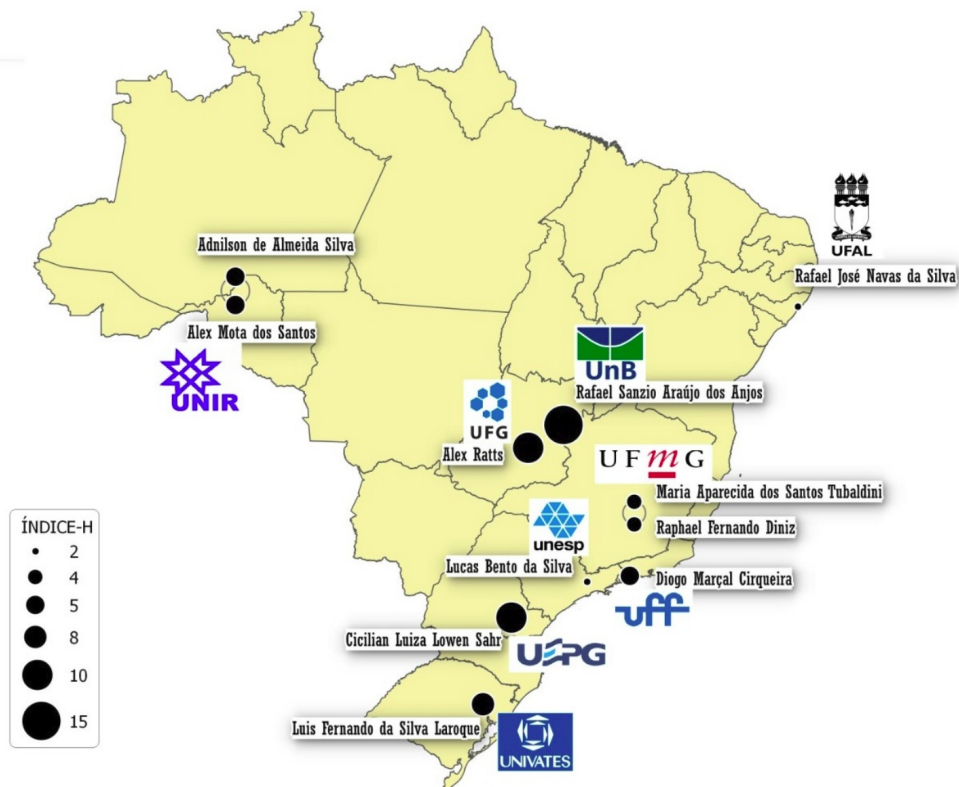
Fonte: Observatório da Geografia Brasileira entre 1939 a 2019. Organizado pelo GETE, 2021.

O mesmo padrão de comportamento observado nos gráficos acima diz respeito a uma predominância de trabalhos com autoria única, de 211 trabalhos que possuem mulheres como primeiras autoras, 86 trabalhos (41%) são escritos apenas por uma intelectual, e 53 trabalhos (25%) são escritos por duas ou mais intelectuais – apenas mulheres. Já em relação aos 241 trabalhos que possuem homens como primeiros autores, 136 artigos (56%) são escritos apenas por um autor, e 50 artigos (21%) são escritos por dois ou mais autores – apenas homens.

Buscamos ainda entender quais autoras/es são legitimados na temática de racialidades na geografia, através da análise do índice  $H^7$  das/os intelectuais que possuem cinco ou mais artigos selecionados no banco de dados do Observatório da Geografia Brasileira, como destacado na Figura 2. O critério de seleção para o recorte de cinco ou mais artigos se deu pela frequência de publicação da temática, indicando que são pessoas com pesquisas e resultados mais recorrentes na área, e com inserção em espaços de divulgação científica.

7 Destacamos que o índice  $H$  é variável conforme data e lugar da pesquisa, pois tempo e espaço são fundamentais para se entender a aceitação e recomendação de determinadas/os intelectuais, variando conforme conjuntura. A análise para encontrar os índices aqui apresentados ocorreu no dia 13 de abril de 2021 entre às 19h e 34 minutos e 19h e 56 minutos.

Figura 2 – Cartograma da Disposição das/os Autoras/es e suas Respectivas Instituições de Origem de Acordo com o Índice H



Fonte: Observatório da Geografia Brasileira entre 1939 a 2019. Organizado pelo GETE, 2021.

Consideramos o índice H nesta avaliação da legitimidade das/os autoras/es, por entender que esse índice já é amplamente aceito na comunidade científica brasileira, além de ser um dos critérios avaliativos que se levam em consideração para analisar o fator de impacto de periódicos e intelectuais, assim como o Qualis de revistas científicas.

Segundo os autores Thomaz, Assad e Moreira (2011), o índice H é considerado a forma mais segura de mensurar a qualidade científica de um/a pesquisador/a, pois combina a produtividade e o impacto da sua produção, visto através das quantidades de citações que um dado trabalho possui, o que, por sua vez, reflete a aceitabilidade de determinada proposta científica.

O índice H corresponde ao resultado do número de artigos *online* publicados por alguém que tenha citações maiores ou iguais a esse número. Ex.: Um índice H 10 quer dizer que a pessoa tem, no mínimo, 10 artigos publicados, cada um deles com, no mínimo, 10 citações, ou seja, a pessoa tem, no mínimo, 100 citações (THOMAZ, ASSAD, MOREIRA, 2011).

Como observamos na Figura 2, o maior índice H (15) é do autor Rafael Sanzio Araújo dos Anjos, vinculado à UNB e autor de 6 artigos *online* sobre racialidades. Já os dois segundos colocados em relação ao índice H (10) são Alex Ratts – Alecsandro Jose Prudêncio Ratts (com 14 artigos publicados), e Cícilian Luiza Lowen Sahr (com 6 artigos publicados), o que nos permite indicar que não necessariamente a pessoa com maior número de artigos publicados será a pessoa mais citada na área.

Refletindo acerca da procedência institucional dessas três pessoas temos a UNB, UFG e a UEPG, respectivamente, o que corresponde às principais regiões produtoras desse debate, sendo o sul a principal região, e o centro-oeste a terceira região com mais publicações na área de racialidades na geografia.

A autora Cesar (2019), em sua tese sobre o gênero na produção do conhecimento geográfico brasileiro, também trabalha com o índice H das principais referências nacionais da geografia, enquadrando as suas instituições de origem enquanto centrais ou periféricas, de acordo com a avaliação quadrienal feita pela Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, em uma escala de 1 a 7, atribuída aos Programas de Pós-Graduação do país.

Sendo assim, ao considerarmos a procedência das onze referências apresentadas na Figura 2, temos nove instituições, dentre as quais três delas são consideradas centrais, pois possuem “notas de excelência”, segundo a avaliação feita pela Capes, são elas as universidades: UFMG (6), UFF (6) e UNESP (7). Enquanto as demais universidades são consideradas periféricas, com notas atribuídas de 5 a 3.

Destacamos ainda que, das onze pessoas consideradas como principais, de acordo com o índice H, temos duas mulheres presentes, estando a Cicílian Sahr, da UEPG, com o índice H 10, na terceira posição, e Maria Tubaldini, da UFMG, com índice H 4, ocupando a nona posição, de onze. Em relação às duas autoras, uma se encontra em uma universidade considerada como periférica (Cicílian Luiza Lowen Sahr – UEPG), e a outra em uma universidade central (Maria Aparecida dos Santos Tubaldini – UFMG).

Buscamos, nesta seção, a problematização da dimensão analítica do gênero, sobretudo atrelado às feminilidades, para compreender como esse marcador corpóreo diferencia a interação das mulheres nos espaços de produção e divulgação do conhecimento, lembrando que as mesmas possuem uma experiência qualitativa deste espaço, diferente dos homens que são maioria em todas as categorias. Logo, podemos pensar que a discussão sobre racialidades na geografia ainda é um espaço masculinizado.

Com uma forte influência do feminismo negro, podemos entender um pouco do complexo jogo de poder que se faz presente no imaginário que “delimita alguns poucos sujeitos identitários como produtores de conhecimento” (SOUZA, *et al.*, 2020, p. 50). O feminismo negro tem muito a contribuir com a geografia ao articular uma demanda conjunta da análise de gênero e racialidades, apontando para uma apreensão das diferenças corpóreas de gênero e raça para a consolidação de espaços, aqui neste trabalho analisado através dos efeitos do sexismo e do racismo na geografia.

Souza (2007), ao fazer uma análise sobre as dimensões raciais e de gênero na ciência geográfica, reafirma que “a mulher não pode ser vista apenas como constituinte de um gênero, mas também da sexualidade, da raça, da religião e da classe social” (SOUZA, 2007, p. 7), levando-nos a refletir sobre a inclusão e exclusão que os marcadores, sobretudo os de gênero e raça, simbolizam na vida das mulheres produtoras de conhecimento na geografia, e aqui neste trabalho visto por meio das mulheres autoras sobre a temática de racialidades na geografia.

Pensar sobre essa complexidade que há na vida das pessoas, em especial na das mulheres, entendendo que uma mulher é constituída pela sua identidade de gênero, cor/raça, idade, sexualidade, lugar de origem, etc., já tem sido apontada pela literatura desde o século passado. Como exemplo, a autora nigeriana Oyewúmi (s/d.) já vem trabalhando algumas críticas ao conceito de gênero entendido enquanto unilinear e universalista do imaginário de padrões gerais de homens e mulheres, sobretudo oriundos de uma perspectiva ocidental.

Para a autora, há um apagamento da complexidade e pluralidade das diferentes identidades, uma das possíveis soluções que a intelectual indica se dá por meio dos estudos interseccionais, pois esse caminho nos permite visualizar "múltiplos sistemas de dominação e subordinação que são inseparáveis" (OYEWÚMI, s/d., p.10).

Críticas semelhantes têm sido apontadas na geografia que se preocupa com a diversidade de forma geral. Podemos verificar um desses exemplos em Silva e Silva (2014), no que diz respeito à necessidade de se ampliar o debate que estava sendo feito no "I Seminário Latino Americano de Geografia e Gênero", ocorrido em 2011, no Brasil. Naquele momento, intelectuais, sobretudo negras/os, questionavam o pequeno protagonismo da discussão racial como componente das relações de gênero na sociedade brasileira, fortemente marcada pela diversidade e desigualdade racial.

Neste trabalho, tal crítica é bem pontual, tendo em vista que das onze pessoas destacadas, por meio de 5 produções ou mais, encontramos apenas duas mulheres presentes. Todavia, vale destacar que as duas mulheres são brancas trabalhando sobre racialidades. Alguns questionamentos surgem com essa observação, principalmente no tocante à presença, legitimação e aceitação de mulheres negras produtoras de conhecimento geográfico.

Indicamos que tais inquietações têm por base a influência da autora Carneiro (1995), que retrata a mulher como uma "moeda de troca" na aliança entre contrários (ex.: masculino x feminino), onde a mulher branca será mais valorizada. Neste momento, a raça é um marcador mais forte do que o gênero, pois a própria estrutura hierárquica distingue as mulheres que podem ter acesso e permanecer em determinados espaços, a exemplo do espaço acadêmico e de enunciação científica.

Outra influência se dá pela autora bell hooks (2018 [2000]), que por sua vez entende tal valoração e aceitação enquanto pacto narcísico da branquitude, tendo em vista que entre as diferenças, este pacto nos indica um pensamento em que o conforto, a aceitação, o reconhecimento, etc., dá-se entre as pessoas padrões da mesma cor (pessoas brancas), mesmo que o gênero, a sexualidade e a faixa etária sejam diferentes.

Podemos refletir, também, sobre a constatação de Crisóstomo e Reigota (2010), a respeito da sub-representação da mulher negra como docente no ensino superior e a hipótese de que as que ocupam o *locus* acadêmico sofrem um processo de exclusão por conta de sua corporeidade e, quando estudosas de temáticas raciais, vivenciam uma marginalização "epistêmica".

### Considerações Finais

Este artigo trouxe uma compreensão de como o gênero é um componente da produção científica sobre as racialidades na geografia brasileira. Os resultados demonstram que há uma produção científica masculinizada que se concentra em especial nas regiões sul, sudeste e centro-oeste do país.

Na seção um, apresentamos a coleta de dados feita no Observatório da Geografia Brasileira, entre os anos de 1939 a 2019, em relação aos termos sobre racialidades, por meio da qual obtivemos o resultado de 452 artigos *online*. Neste momento, evidenciamos o crescimento do debate pautado nas racialidades na geografia, assim como indicamos onde essas produções têm sido mais aceitas, de acordo com os estratos de classificação dos periódicos nacionais da geografia.

Na segunda e última seção, discorremos sobre como o gênero, enquanto elemento pouco trabalhado nas discussões de geografia e racialidades, influencia na legitimação e na interação de quem produz sobre racialidades, considerando a cegueira de gênero que há na geografia. Também nos propomos a identificar quais eram as principais referências da área, problematizando novamente o gênero dessas referências e sua procedência institucional, visto através do índice H de cada pesquisador/a.

Além de identificar o quanto o campo das racialidades na geografia é masculino e periférico, assim como as publicações de gênero e sexualidades, também pudemos constatar um comportamento padrão em relação à forma de atuação nos artigos que possuem mais de um/a autor/a, sendo que majoritariamente autoras mulheres preferem publicar com outras mulheres, e autores homens preferem publicar com outros homens.

Finalizamos indicando que este artigo é resultado de uma pesquisa em nível de mestrado que se encontra em andamento, com previsão para conclusão em meados de 2022. Com isso, ressaltamos que diversos questionamentos ainda podem ser levantados a partir destes dados, entretanto, esperamos atrelar os dados das entrevistas de cunho qualitativo para uma compreensão mais completa sobre o entendimento das mulheres que produzem acerca das racialidades na geografia, em especial as mulheres negras, além de apresentar o que essas mulheres têm produzido.

### Referências

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade**. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. Gênero Raça e Ascensão Social. **Revista Estudos Feministas**, v. 3, n. 2, p. 544-542, 1995.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não ser como fundamento do ser**. 2005. Tese de Doutorado em Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.

CESAR, Tamires Regina Aguiar de Oliveira. **Gênero, trajetórias acadêmicas de mulheres e homens e a centralidade na produção do conhecimento**

**geográfico brasileiro**. 2019. Tese de Doutorado em Geografia. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa.

CHRISTIAN, Barbara. A disputa de teorias. **Revista de Estudos Feministas**, v. 10, n.1, p.85-97, 2002.

CIRQUEIRA, Diogo M. **Inscrições da racialidade no pensamento geográfico (1880 - 1930)**. 2015. Tese (Doutorado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

CIRQUEIRA, Diogo Marçal; CORRÊA, Gabriel Siqueira. Questão Étnico-Racial na Geografia Brasileira: Um Debate Introdutório sobre a Produção Acadêmica nas Pós- Graduações. **Revista ANPEGE**, v.10, n.13, p. 29-58, 2014.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

CRISOSTOMO, Maria Aparecida dos Santos; REIGOTA, Marcos Antônio dos Santos. Professoras universitárias negras: trajetórias e narrativas. **Avaliação**, v. 15, n. 2, p. 93-106, jul. 2010.

FRIGERI, Mônica; MONTEIRO, Marko Synésio Alves. Qualis Periódicos: indicador da política científica no Brasil?. **Estudos de Sociologia**, v. 19, n. 37, p. 299-315, 2014.

GUIMARÃES, Geny Ferreira. **Rio Negro de Janeiro: olhares geográficos de suas heranças negras e o racismo no processo – projeto patrimonial**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Geografia, UFBA, Bahia, 2015.

GUIMARÃES, Geny Ferreira. Geo-grafias Negras & Geografias Negras. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 12, n. Edição Especial “Geografias Negras”. abr. 2020, p. 292-311. Disponível em: <<https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/866>>. Acesso em: 7 jan. 2021.

HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, p. 7-41, 1995.

HOOKS, bell. **O Feminismo é para Todo Mundo: políticas arrebatadoras**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018 [2000].

LANDER, Edgardo. Ciências Sociais: saberes coloniais e eurocêtricos. *In*: LANDER, Edgardo (Org). **A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. CLACSO, Buenos Aires, p. 21-53, 2005.

LOURENÇO, Ana Paula; HALISKI, Antonio. Filosofia Ubuntu e a Descolonização do Pensamento. *In*: SILVA, Paulo Vinicius; MACHADO, Nathalia Savione; ROCHA, Neli Gomes da. (Orgs). **Negras Escrevivências**,

**Interseccionalidades e Engenhosidades:** Movimentos negros, pensamento, história e resistências. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, p. 118-126, 2021.

MANIFESTO POR UMA GEO-GRAFIA NEGRA. Site do Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia da UFRN. 2019. Disponível em: <<https://cchla.ufrn.br/ppge/wp-content/uploads/2019/09/manifesto.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2021.

MONK, Janice; HANSON, Susan. Não Excluem Metade da Humanidade da Geografia Humana. *In:* SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista (Orgs). **Geografias Feministas e das Sexualidades:** encontros e diferença. Toda Palavra, Ponta Grossa, p. 31-54, 2016.

OYEWÚMI, Oyèrónké. Jornada pela Academia. Brazil Document. s/d. Disponível em: <<https://document.onl/documents/jornada-pela-academia-filosofia-jornada-pela-academia-oyeronke-oyewum.html>>. Acesso em: 19 out. 2020.

PASSOS, Joana Célia dos; NOGUEIRA, Azânia Mahin Romão. O Lugar das Relações Étnico-raciais na Geografia. **Terra Livre**, v. 2, n.47, p. 114-147, 2016.

RATTS, Alex. Corpos Negros Educados: notas acerca do movimento negro de base acadêmica. NGUZU: **Revista do Núcleo de Estudos Afro-Asiáticos**, v. 1, n. Edição Especial, p. 28-39, 2011.

SHIVA, Vandana. Reduccionismo e Regeneração: Uma crise na ciência. *In:* MIES, Maria; SHIVA, Vandana (Orgs). **Ecofeminismo**. Instituto Piaget, Lisboa, p. 37-52, 1997 [1993].

SHIVA, Vandana. Descolonizar o Norte. *In:* MIES, Maria; SHIVA, Vandana (Orgs). **Ecofeminismo**. Instituto Piaget, Lisboa, p. 345-360, 1997 [1993].

SILVA, Joseli Maria. Ausências e Silêncios do Discurso Geográfico Brasileiro: uma crítica feminista à geografia eurocêntrica. *In:* SILVA, Joseli Maria (Org). **Geografias Subversivas:** discursos sobre espaço, gênero e sexualidades, Toda Palavra, Ponta Grossa, p. 25-54, 2009.

SILVA, Joseli Maria; SILVA, Maria das Graças Silva Nascimento. Introduzindo as interseccionalidades como um desafio para a análise espacial no Brasil: em direção às pluriversalidades do saber geográfico. *In:* SILVA, Maria das Graças Silva Nascimento; SILVA, Joseli Maria (Orgs). **Interseccionalidades, Gênero e Sexualidades na Análise Espacial**. Ponta Grossa: Toda Palavra, p. 17-38, 2014.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista. Sobre as desobediências epistemológicas e o testamento intelectual de Milton Santos. *In:* SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista (Orgs). **Geografias Feministas e das Sexualidades:** Encontros e Diferenças. Ponta Grossa: Toda Palavra, p. 13-30, 2016.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose; CESAR, Tamires Regina Aguiar

de Oliveira; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista. Corpos e marcadores de desigualdades na análise geográfica: gênero, sexualidade e racialidade. *In*: RATTTS, Alex; COSTA, Carmem Lúcia; COSTA, Kênia Gonçalves; AGUIAR, Vinicius Gomes de. **Gênero e Diversidade na Escola**: Espaço e diferença – abordagens geográficas da diferenciação étnica, racial e de gênero. Gráfica UFG – Goiânia, p. 68-82, 2018.

SILVA, Joseli Maria; CESAR, Tamires Regina Aguiar de Oliveira; PINTO, Wagner André Morais. Fazendo Geografias Feministas: apontamentos sobre desobediências epistemológicas. *In*: ALVES, Flamarion Dutra; AZEVEDO, Sandra de Castro (Orgs). **Análises Geográficas sobre o Território Brasileiro**: Dilemas estruturais à Covid-19. Editora UNIFAL – MG, p. 14-29, 2020.

SOUZA, Lorena Francisco de. Mulher Negra, Espacialidade e Representações: Dimensões raciais e de gênero na ciência geográfica. *In*: II Colóquio Nacional do NEER: Espaços Culturais: Vivências, imaginações e representações, 2007. Salvador. **Anais eletrônicos...** p. 1-15. Salvador: 2007. Disponível em: <[http://www.neer.com.br/anais/NEER-2/autor\\_1.html](http://www.neer.com.br/anais/NEER-2/autor_1.html)>. Acesso em: 25 de abril de 2021.

SOUZA, Lorena Francisco de; RATTTS, Alex. Escritas e Inscrições de Geógrafas Negras. *In*: SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio José; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista (Orgs). **Diálogos-Ibero-Latino-Americanos Sobre Geografias Feministas e das Sexualidades**. Ponta Grossa: Toda Palavra, p. 151-166, 2017.

SOUZA, Lorena Francisco de. et al. Uma geografia das corporeidades e das diferenças. *In*: MATOS, Patrícia Francisca de; COSTA, Carmem Lúcia (Orgs). **Uma geografia do século XXI**: Temas e tensões. Editora CRV – Curitiba, p. 41-62, 2020.

THOMAZ, Petronio Generoso; ASSAD, Renato Samy, MOREIRA, Luiz Felipe. Uso do fator de impacto e do índice h para avaliar pesquisadores e publicações. **Arquivos brasileiros de cardiologia**. v. 96, n. 2, p. 90-93, 2011.

TRAPP, Rafael Petry. **A conferência de Durban e o antirracismo no Brasil (1978 - 2001)**, Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2014.

#### Contribuição de Autoria / Contribución de autoría

Cíntia Cristina Lisboa da Silva: Conceituação, Análise formal, Curadoria de dados, Investigação, Metodologia, Visualização, Escrita (primeira redação).

Lorena Francisco de Souza: Conceituação, Análise formal, Escrita (revisão e edição).

Recebido em 01 de novembro de 2021.

Aceito em 08 de abril de 2022.

Cíntia Cristina Lisboa da Silva, Lorena Francisco de Souza

